Cabo Verde

Cabo Verde é um Estado insular, constituído por um arquipélago de dez ilhas, com uma população de cerca de 527,3 mil habitantes em 2025 (EIU), beneficiando da sua situação geográfica, no centro das importantes rotas comerciais que ligam África e Europa aos mercados americanos. Apresenta o PIB *per capita* mais elevado da África Ocidental, e a posição geoestratégica e a estabilidade económica, política e social diferenciam-no da maioria dos países africanos. Esta diferenciação positiva atraiu a ajuda externa ao desenvolvimento, as remessas dos emigrantes e o investimento privado dirigido, sobretudo, ao setor do turismo. A sua economia (exportadora, sobretudo, de pescado) depende dos contributos do turismo e das importações. Portugal é um importante parceiro de investimento do país, cujas PME enfrentam desafios no acesso a financiamento.



Diferença Horária: -1 hora no horário de inverno e -2 horas no horário de verão em relação a Portugal Continental
Principais Línguas: A língua oficial é o português, enquanto o crioulo é a língua materna
Nº Habitantes: 527,3 mil (2025)
Moeda: Escudo de Cabo Verde (CVE)
Câmbio: 1 EUR = 110,265 CVE (taxa fixa)

Exposta à evolução económica da área do euro, a economia caboverdiana assenta, mormente, no setor dos serviços (57,3% do PIB, em 2025 – estimativa da EIU). Os recursos naturais são escassos, com graves e prolongadas faltas de água – potenciadas por longos e cíclicos períodos de seca – e solos pouco férteis em várias ilhas. Embora 23% da população habite em zonas rurais (Banco Mundial, 2024), a produção alimentar revela-se pouco expressiva no PIB, sendo que a maioria dos bens alimentares é importada.

Estima-se que se tenha verificado um crescimento do PIB de 6,1% em 2025, sendo inferior à respetiva percentagem de 2024 (7,2%). Prevê-se que o crescimento do PIB seja ligeiramente inferior em 2026 (5,7%). O setor do turismo deverá continuar a ser o principal motor do crescimento. Espera-se que o crescimento do turismo, o aumento dos fluxos de remessas e a baixa inflação possam contribuir para impulsionar o consumo privado em 2026-2027. Os investimentos em infraestruturas e a atividade de construção em curso poderão impulsionar as despesas de investimento, apoiadas por empréstimos e subsídios de instituições financeiras internacionais e parceiros multilaterais. A taxa de inflação prevista para 2026 é de 2,4%.

De acordo com dados disponibilizados pela EIU, o mercado de Cabo Verde ocupou a 49.ª posição em termos de desempenho global, ao nível da sustentabilidade, no *Overall Ranking* 2025, isto é, dos pontos de vista ambiental, social e da governança, num total de 151 mercados, sendo que uma classificação mais elevada neste *ranking* representa um menor risco de sustentabilidade. Em detalhe, Cabo Verde situou-se: a) a nível ambiental, em 66.º lugar; b) na dimensão social, em 56.º lugar; c) em matéria de governança, em 47.º lugar.

No que respeita à Balança de Pagamentos, estima-se que o saldo acumulado das Balanças Corrente e de Capital tenha sido de 4,4% do PIB em 2025, enquanto o saldo da Balança Financeira se tenha situado em 3,2% do PIB, tendo por base dados do FMI.

Em termos de oportunidades de negócio, Cabo Verde poderá ser um mercado interessante para a agroindústria, construção civil, economia azul, tecnologias de informação e comunicação, entre outros.

(05/2026)

Perfil de Mercado

Índice

1. Ambiente de Negócios . . . 3
2. Dados Macroeconómicos . . . 4
3. Análise Sumária . . . 5
4. Importações . . . 8
5. Exportações . . . 10
6. Balança Comercial . . . 12
7. Tendências . . . 14
8. Setores/Produtos de Oportunidade . . . 17
9. Quadro Legal e Regulamentar . . . 20
10. Recomendações . . . 24



1. Ambiente de Negócios

- — - Ranking Global
- — - Competitividade
- — - Facilidade
- 35º/182 - Transparência
- A4 - Risco Geral (A1 = risco menor; E = risco maior)
- B - Risco Económico (A1 = risco menor; E = risco maior)

Fonte(s): TI - Corruption Perceptions Index, 2025; Coface, 2025 - Risco Geral e Risco Económico

1.1. Cultura de Negócios

Os cabo-verdianos são, por norma, frontais ao exprimir os seus pontos de vista, não devendo o interlocutor entendê-los como falta de educação.

O contacto é fácil e afável, mas os atos concretos que conduzem ao negócio, muitas vezes, decorrem a um ritmo pouco compatível com as expectativas criadas.

As reuniões de trabalho devem ser agendadas com antecedência. Os horários são, por norma, respeitados, sendo comum esperar atrasos de 10-15 minutos.

Não é habitual regatear e são naturalmente adversos ao conflito.

A persistência e a continuidade dada aos contactos feitos, assim como o respetivo *follow-up*, são aspetos essenciais na abordagem às empresas e na execução de projetos neste mercado.

O desenvolvimento do país na governação eletrónica permite uma relação bastante eficaz entre a Administração e os agentes económicos para alguns atos como a criação de empresas, o pagamento de impostos, o licenciamento simplificado, etc.

Fonte(s):

AICEP - Ponto de Rede

Columbus Travel Media

Culture Crossing

International Trade Administration – Business Travel

(05/2026)

1.2. Hábitos de Consumo

Abordagem geral

Cabo Verde é uma economia de rendimento médio-baixo, com uma população de cerca de 527,3 mil habitantes e um PIB *per capita* estimado de 5 905 USD em 2025 (EIU). A economia do país assenta no setor dos serviços, destacando-se o turismo, o comércio, os transportes e os serviços públicos.

O acesso à eletricidade atinge 98,6% da população, sendo a taxa de literacia jovem de 98%.

No que respeita ao Índice de Desenvolvimento Humano, Cabo Verde está no Top 15 em África. Embora o país tenha vindo a procurar reduzir a pobreza, esta ainda é significativa, sendo mais acentuada nas áreas rurais.

A taxa de penetração da Internet em Cabo Verde é superior a 70%. Uma parte da população começa a aderir a meios de pagamento digital.

O surto pandémico (COVID-19) provocou alterações no comportamento dos consumidores, nomeadamente nos hábitos alimentares. Embora predominem os alimentos tradicionais, há uma mudança gradual para padrões alimentares ocidentais, embora num ritmo moderado em comparação com outros países em desenvolvimento.

Existe uma maior preocupação com as questões ambientais e o seu impacto no desenvolvimento socioeconómico do país. O respeito pelas normas internacionais ESG é cada vez mais um fator importante na decisão de compra ou de investimento.

Mudança dos Hábitos de Consumo

Embora predominem os mercados tradicionais, sobretudo, nas zonas rurais e nas periferias urbanas, o retalho moderno está a expandir-se nos principais centros urbanos.

O comércio eletrónico em Cabo Verde está a crescer lentamente, registando ainda um valor muito reduzido.

Fonte(s):

AICEP - Ponto de Rede

Statista – Demographics & Use

The Economist Intelligence Unit (EIU)

United Nations Development Programme (UNDP)

World Bank

Statista

(05/2026)

2. Dados Macroeconómicos

- 3,1 mil milhões USD - PIB a preços de mercado
- 5 905 USD - PIB *per Capita*
- 6,1% - Crescimento real do PIB
- 2,3% - Taxa de inflação
- 7,2 (Var. %) - Consumo privado
- 4,5 (Var. %) - Consumo público
- 5,0 (Var. %) - Formação bruta de captial fixo
- 11,9% - Taxa de desemprego

Fonte(s): The Economist Intelligence Unit (EIU), 2026; Word Bank, 2026. Dados referentes a 2025

3. Análise Sumária

3.1. Forças

- Localização geográfica estratégica no Atlântico médio, com fuso-horário favorável, servindo de plataforma entre 3 continentes (Europa, África e América)
- Zona Económica Exclusiva que perfaz uma área de cerca de 782 000 km^2, com vastas reservas piscatórias
- O país possui um dos maiores regimes de vento no mundo (18m/s) e um grande potencial solar, com rácio de energia/dia de 6-8 Wh/m^2/dia
- Estabilidade das instituições políticas, com um regime democrático e uma liberdade económica singulares na sua região
- Legislação de contratação pública em conformidade com os padrões internacionais, caracterizando-se por relativa transparência
- Acordo de cooperação com Portugal, garantindo a conversibilidade e a paridade da moeda com o Euro
- Gestão macroeconómica prudente, com foco na sustentabilidade fiscal e na redução gradual do nível de endividamento
- Economia particularmente aberta ao comércio externo
- Eficácia das políticas sociais do país

Fonte(s):

AICEP - Ponto de Rede

Coface

International Trade Administration – Market Opportunities

(05/2026)

3.2. Fraquezas

- Forte dependência do desempenho económico do exterior e alta vulnerabilidade a choques externos
- Carências ao nível das infraestruturas (designadamente, dos transportes e saúde)
- Importação (quase) integral de produtos alimentares e energéticos
- Elevada dependência da ajuda internacional, da diáspora e do turismo
- Descontinuidade territorial e elevada fragmentação da economia
- Reduzida dimensão da população (jovem e dispersa por nove ilhas) e, consequentemente, do mercado cabo-verdiano
- Peso elevado da economia informal
- Economia cabo-verdiana caracterizada por elevados custos operacionais (em particular, os custos de transporte, logística e energia)
- Baixo nível de produtividade das empresas

Fonte(s):

AICEP - Ponto de Rede

Coface

International Trade Administration – Market Challenges

(05/2026)

3.3. Oportunidades

- Crescimento da procura turística e desenvolvimento do setor
- Investimento anunciado em infraestruturas (em particular, aeroportos e portos)
- Investimento na transição energética e na descarbonização da economia
- Aposta na digitalização da economia e na modernização da Administração Pública
- Existência de incentivos fiscais ao investimento direto estrangeiro
- Investimento em formação
- Proximidade geográfica, cultural e linguística com Portugal
- Plataforma de entrada para outros mercados africanos
- Principais setores de oportunidade: Setor agrícola e agroalimentar; Construção e materiais de construção; Cadeia de valor do turismo; Economia digital e ecossistema de inovação e empreendedorismo; Ambiente, tratamento de águas e resíduos; Energias renováveis, mobilidade elétrica e eficiência energética de infraestruturas; Economia azul, pescas, portos e construção naval; Setor da saúde, distribuição de produtos farmacêuticos e equipamento hospitalar

Fonte(s):

AICEP - Ponto de Rede

International Trade Administration – Market Opportunities

World Bank – Data

World Bank – Overview

(05/2026)

3.4. Dificuldades

- Abrandamento da economia mundial, designadamente nos mercados europeus
- Exposição às alterações climáticas, como riscos vulcânicos, sísmicos e ciclónicos, secas e aumento do nível dos mares
- Elevado nível de endividamento do Estado
- Insegurança alimentar e risco de pobreza motivados pela subida dos preços dos alimentos e pela instabilidade do setor agrícola
- Os custos logísticos são elevados e ainda pouco eficientes, em particular, no transporte interilhas, revelando-se a cadeia logística de frio ainda muito incipiente
- Relativa complexidade fiscal e alguns custos de contexto
- Peso substancial de atividades económicas informais
- O tecido empresarial é constituído, maioritariamente, por pequenas e microempresas, as quais não têm capacidade financeira para inovar nem promover os seus produtos, apresentando uma enorme dificuldade em manter *stocks* que evitem a rutura periódica no abastecimento de certos produtos
- Dificuldades das empresas no acesso ao crédito e financiamento

- Níveis de emigração elevados e crescente dificuldade de recrutamento e retenção de recursos humanos em alguns setores, nomeadamente construção e serviços

Fonte(s):

AICEP - Ponto de Rede

Expresso das Ilhas Online

International Trade Administration – Market Challenges

International Trade Administration – Market Overview

The Economist Intelligence Unit (EIU)

(05/2026)

4. Importações

4.1. Produtos

Segundo o Comtrade, as importações de Cabo Verde registaram um valor de 863 milhões de USD em 2025 (1 016 milhões de USD em 2024). Os cinco principais grupos de produtos importados foram os Produtos Agrícolas (19,7%), os Produtos Alimentares (13,4%), as Máquinas e Aparelhos (12,4%), os Combustíveis Minerais (9,8%) e os Veículos e Outro Material de Transporte (9,0%).

Nota: Dados em espelho; informação obtida a partir dos dados reportados pelos parceiros.

(08/2026)

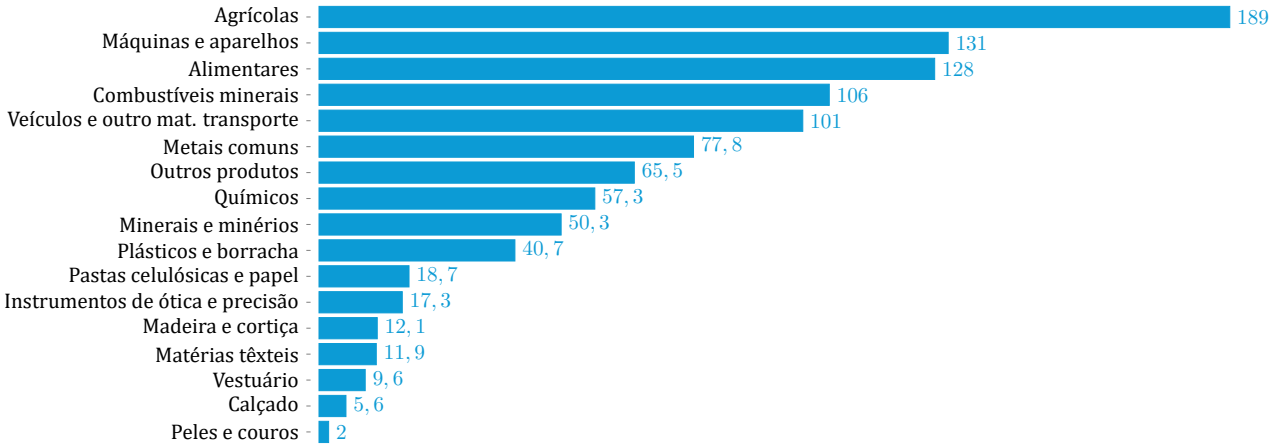


Figura 1: Produtos importados em 2025 (valores em milhões de USD)

4.2. Origens

De acordo com o Comtrade, os cinco principais fornecedores de Cabo Verde, em 2025, foram Portugal (47,9%), Espanha (15,6%), França (5,6%), o Brasil (5,3%) e os EUA (4,4%). Estes mercados representaram, em conjunto, 78,8% do valor das importações.

Nota: Dados em espelho; informação obtida a partir dos dados reportados pelos parceiros.

(08/2026)

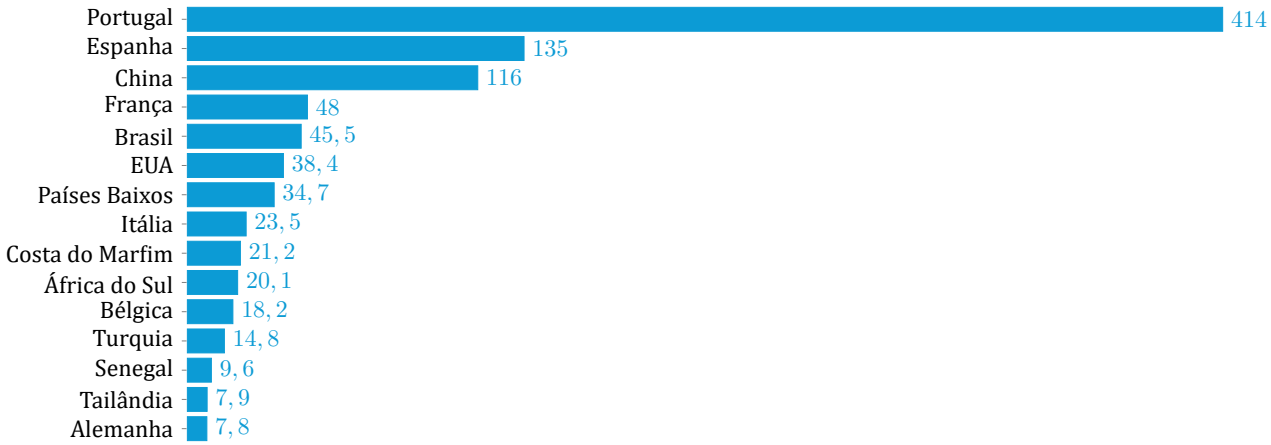


Figura 2: Mercados de origem em 2025 (valores em milhões de USD)

5. Exportações

5.1. Produtos

Segundo o Comtrade, as exportações de Cabo Verde registaram um valor de 103 milhões de USD em 2025 (87 milhões de USD em 2024). Os cinco principais grupos de produtos exportados foram os Produtos Alimentares (71,2%), os Metais Comuns (6,4%), o Vestuário (5,1%), o Calçado (3,1%) e as Máquinas e Aparelhos (2,6%).

Nota: Dados em espelho; informação obtida a partir dos dados reportados pelos parceiros.

(08/2026)

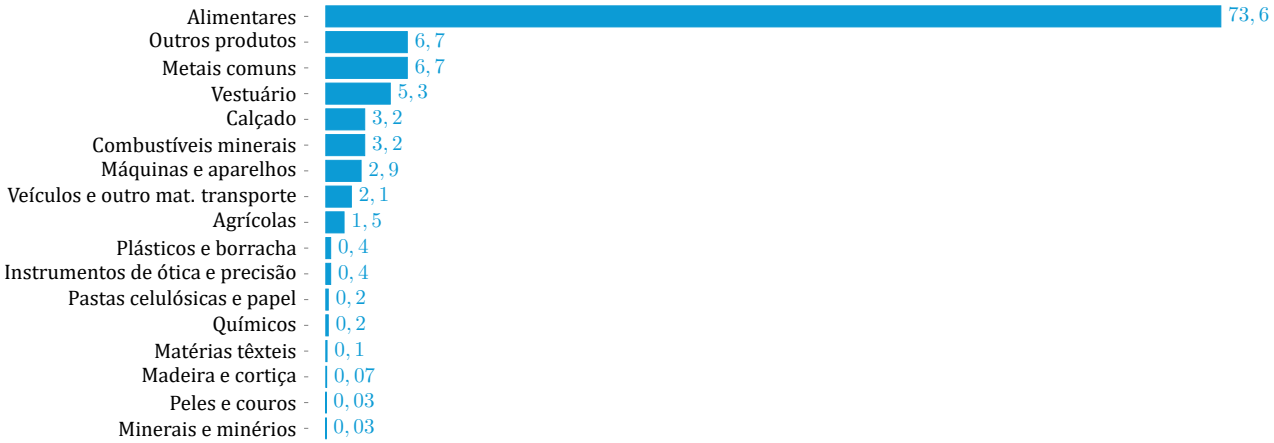


Figura 3: Produtos exportados em 2025 (valores em milhões de USD)

5.2. Destinos

De acordo com o Comtrade, os cinco principais mercados-clientes de Cabo Verde, em 2025, foram Espanha (58,5%), a Itália (11,9%), Portugal (10,7%), os EUA (6,0%) e a Índia (5,8%). Estes mercados representaram, em conjunto, 92,8% do valor das exportações.

Nota: Dados em espelho; informação obtida a partir dos dados reportados pelos parceiros.

(08/2026)

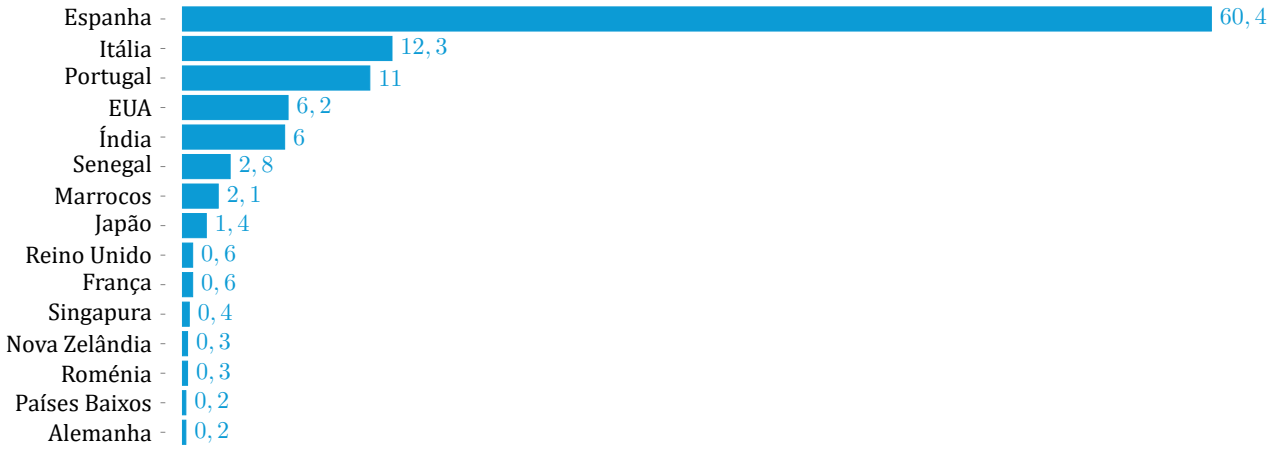


Figura 4: Mercados de destino em 2025 (valores em milhões de USD)

6. Balança Comercial

6.1. Mundo

De acordo com o Comtrade, Cabo Verde registou, em 2025, um défice de 760 milhões de USD, o que representou uma diminuição de 1 818 mil USD face a 2021 e de 169 milhões de USD em relação a 2024. A taxa de cobertura das importações pelas exportações situou-se em 12,0%, o que significou mais 3,4 pp do que o registado em 2024.

Nota: Dados em espelho; informação obtida a partir dos dados reportados pelos parceiros.

(08/2026)

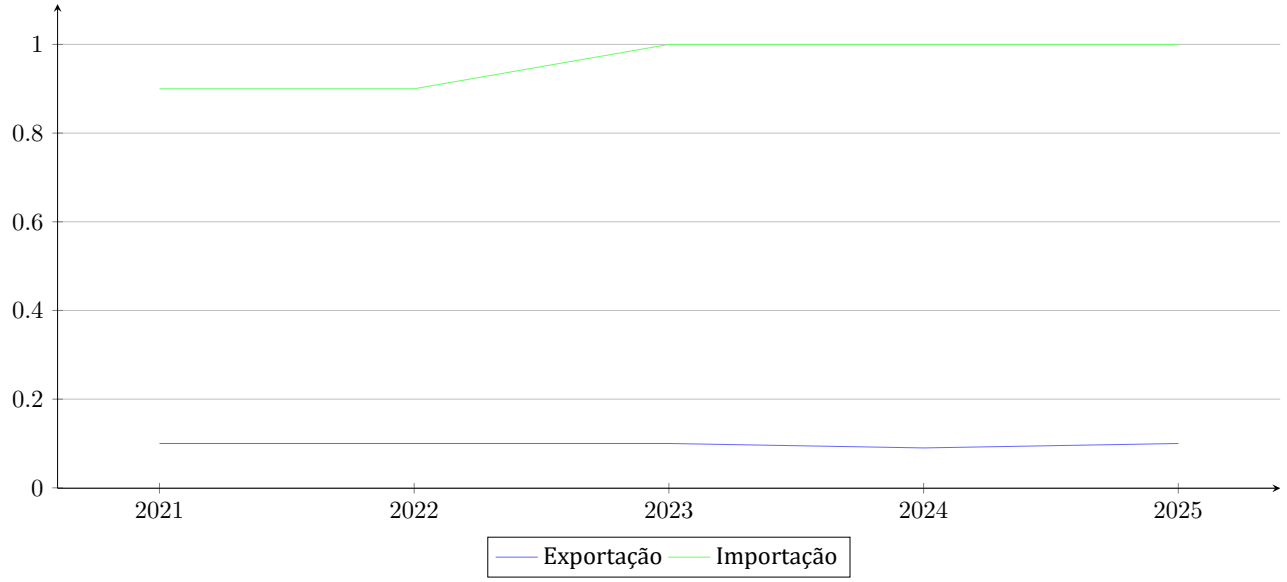


Figura 5: Balança Comercial Cabo Verde / mundo (valores em mil milhões de USD)

6.2. Portugal

Segundo o INE, Cabo Verde foi o 27º cliente das exportações portuguesas de bens em 2025, com uma quota de 0,5%, ocupando a 106ª posição ao nível das importações (0,01%). Ao longo do período 2021-2025 verificou-se uma média de crescimento anual das exportações de 5,7% e de 4,5% nas importações. A balança comercial de bens foi favorável ao nosso país, tendo apresentado um excedente de 355 milhões de euros em 2025. Na estrutura das exportações destacam-se em 2025 as Máquinas e Aparelhos (16,4%), os Produtos Agrícolas (16,4%), os Produtos Alimentares (14,8%), os Metais Comuns (10,4%) e os Produtos Químicos (10,1%). Os principais grupos de produtos importados em 2025 foram o Vestuário (44,1%), o Calçado (29,0%), as Máquinas e Aparelhos (4,8%), os Combustíveis Minerais (3,1%) e os Produtos Agrícolas (3,1%).

(08/2026)

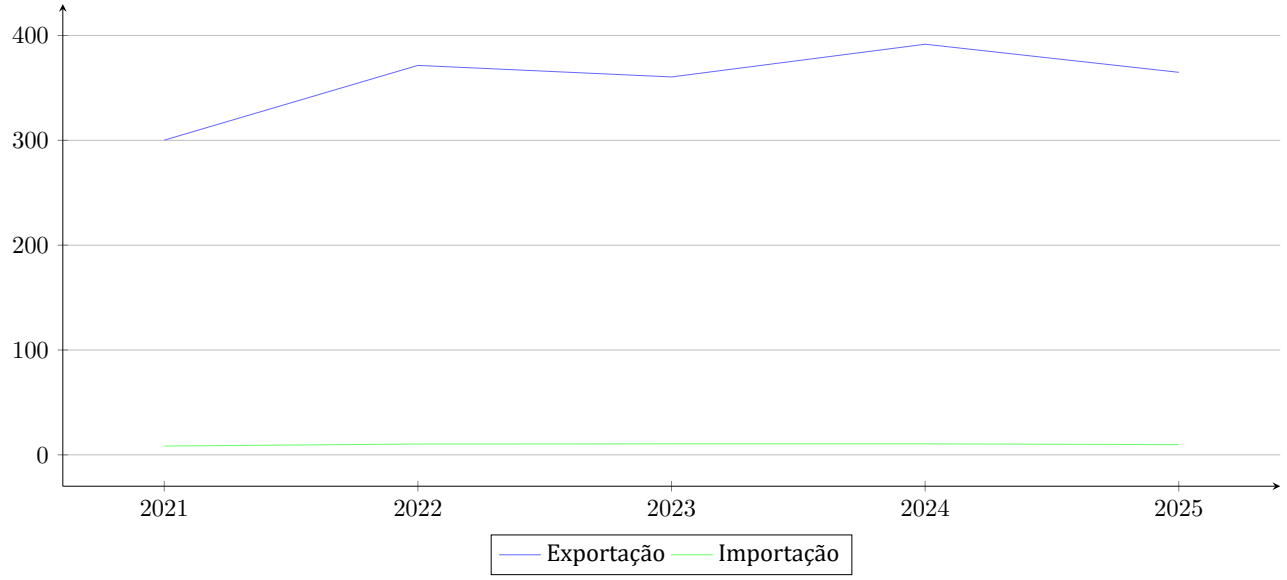


Figura 6: Balança Comercial Cabo Verde/Portugal (valores em milhões de Euros)

7. Tendências

Economia

A economia cabo-verdiana assenta, sobretudo, no setor dos serviços (estima-se que tenham representado mais de 50% do PIB em 2025, de acordo com a EIU), nomeadamente no turismo, comércio, transportes, e serviços públicos.

O crescimento estimado do PIB é de 6,1% em 2025, impulsionado pelo consumo privado e pelas exportações de serviços, especialmente do turismo.

As perspetivas de crescimento da economia cabo-verdiana são de 5,7% e 5,8% em 2026 e 2027, respetivamente. Tendo por base projeções da EIU, prevê-se que o consumo privado possa aumentar em 2026 (6,8%), sendo um crescimento ligeiramente inferior à respetiva percentagem estimada para 2025 (7,2%).

Os principais motores da economia de Cabo Verde têm sido o turismo, o investimento direto estrangeiro (IDE) e as remessas de emigrantes.

O setor do turismo, que registou mais de 1,2 milhões de visitantes em 2025, deverá continuar a crescer em 2026-2027. Adicionalmente, o setor da construção, a transição energética (mais especificamente, as energias renováveis) e o investimento em infraestruturas (ex.: portos; requalificação dos aeroportos) deverão contribuir para um desempenho positivo da economia cabo-verdiana.

A taxa de inflação situou-se em 2,3% em 2025. Prevê-se uma percentagem ligeiramente superior para 2026 (2,4%).

Os fluxos de IDE em Cabo Verde registaram um aumento de 33,7% em 2025, de acordo com dados do Banco de Cabo Verde. Em termos de distribuição geográfica por países, Portugal voltou a liderar destacadamente o IDE captado por Cabo Verde, seguindo-se Itália, Espanha e Angola. O IDE foi na sua maioria ligado ao setor do turismo.

O Governo de Cabo Verde, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-26 (PEDS II), tem feito um esforço de diversificação da economia, apostando na economia digital, transição energética e economia do mar. Também no setor do turismo têm sido feitos esforços de diversificação da oferta (de destinos e produtos) seguindo uma visão transversal, que não se limita à atividade turística.

Estão previstos vários investimentos em infraestruturas, nomeadamente em reabilitação de património, infraestruturas tecnológicas, portuárias e aeroportuárias, bem como o desenvolvimento de uma Zona Económica Especial em torno da ilha de São Vicente (constituída em 2020), dedicada à economia azul, e de uma Zona Económica Especial Tecnológica, na cidade da Praia, dedicada à economia digital.

Finanças Públicas

Ao nível das contas públicas, tem-se procurado seguir uma política com foco na sustentabilidade fiscal e na redução gradual do nível da dívida.

Em 2026, prevê-se um défice orçamental de 2,0% do PIB e que a dívida pública em percentagem do PIB possa diminuir para 103,2%.

Contas Externas

O aumento dos passivos externos constitui uma fonte de vulnerabilidade junto dos credores bilaterais e multilaterais. No entanto, grande parte da dívida externa é constituída por empréstimos concessionais com maturidades longas e taxas de juro baixas, o que garante a sua sustentabilidade.

De realçar o alargamento do programa, com Portugal, de conversão de dívida pública em investimento verde, através do Fundo Climático e Ambiental de Cabo Verde para um total de 42,5 MEUR até 2030. Trata-se de um acordo inovador cujo montante poderá ser alargado e ao qual outros credores poderão aderir. (Governo Cabo Verde)

No que concerne às contas externas de Cabo Verde, estima-se que se tenha registado um excedente da balança corrente de 3,1% do PIB em 2025. Segundo a EIU, prevê-se que o excedente da balança corrente diminua para 0,8% do PIB em 2026.

Em termos de balança comercial, Cabo Verde deverá continuar a registar um défice em 2026-2027, refletindo a reduzida base exportadora de bens do país (principalmente produtos pesqueiros) juntamente com o aumento das importações de bens.

Relações Externas

Cabo Verde procura posicionar-se como uma plataforma estratégica, devido à sua localização geográfica e em resultado das facilidades de acesso a mercados terceiros com quem tem acordos preferenciais (CPLP, CEDEAO, EUA, UE, UA e OMC).

As relações externas, bem como a economia cabo-verdiana, estão ancoradas na ligação à UE (Parceria Especial UE/CV), em que Portugal tem um papel fundamental.

Por outro lado, Cabo Verde prosseguirá a expansão das suas conexões marítimas e aéreas, bem como o aprofundamento das suas relações nos planos diplomático, económico e comercial, com parceiros como China, Índia e outros países africanos, como a Nigéria.

No que respeita às relações comerciais, Portugal é o principal fornecedor de Cabo Verde, com 25,8% do total de bens importados em 2025, seguindo-se Espanha (11,5%), Nigéria (9,2%), China (6,2%) e Itália (6,0%).

Já as exportações de bens têm um peso residual na balança comercial, sendo as conservas de pescado o produto mais exportado. Espanha absorveu cerca de 63% das exportações cabo-verdianas de bens em 2025, seguindo-se Itália e Portugal.

Em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), os principais doadores são a IDA (World Bank Group), União Europeia, Luxemburgo, FMI e Portugal.

Demografia

De acordo com as projeções demográficas, publicadas pelo INE em julho de 2024, Cabo Verde conta com uma população residente superior a 500 mil habitantes, 55,7% dos quais habitam na Ilha de Santiago, a maior ilha do arquipélago e onde se localiza a capital, Praia. Adicionalmente, a cidade do Mindelo, localizada na ilha de São Vicente, concentra uma parte relevante da população urbana de Cabo Verde.

As mesmas projeções apontam para um crescimento ligeiro da população, chegando aos 560 mil habitantes até 2040.

A Diáspora cabo-verdiana e a população não-residente ultrapassam, em larga medida (estima-se cerca de 3 vezes), a população e a tendência emigratória mantem-se, com uma migração líquida negativa.

As remessas de emigrantes representaram cerca de 12% do PIB em 2023 e são uma importante fonte de divisas (Banco de Cabo Verde). Portugal, EUA, França, Países Baixos e Luxemburgo são os principais países emissores de remessas.

Energia

A Taxa de eletrificação em Cabo Verde corresponde a cerca de 98,6% da população. No entanto, os custos da eletricidade revelam-se elevados (0,333 USD/kWh em setembro de 2025) e observam-se perdas relevantes na sua distribuição (cerca de 24%). A produção total em 2023 foi de 482,6 GWh e prevê-se um crescimento médio anual superior a 3%.

Cerca de 80% da energia cabo-verdiana consiste em produtos petrolíferos importados. No conjunto das fontes de energia renováveis são de destacar a eólica e a solar, tendo em consideração o objetivo, por parte do Governo, de expandir o contributo das energias renováveis para 54% da produção elétrica no país até 2030.

Ambiente

Segundo a Standard & Poor´s, Cabo Verde é o país da região da África Subsariana mais vulnerável a choques macroeconómicos resultantes das alterações climáticas, em particular, ondas de calor, secas e aumento do nível do mar.

O país encontra-se alinhado com as tendências globais e dos seus principais parceiros para o desenvolvimento, apostando numa transição energética e na descarbonização da sua economia.

A acessibilidade à água para consumo humano e agrícola e o tratamento de resíduos têm sido também eixos prioritários de atuação, sendo que 70% da água para consumo doméstico em Cabo Verde é dessalinizada.

Economia Azul

Cabo Verde possui uma Zona Económica Exclusiva que perfaz uma área de cerca de 782 000 km^2, sendo que cerca de 80% das exportações cabo-verdianas se traduzem em pescas, processamento de pescado e aquacultura, de acordo com a International Trade Administration.

O Governo pretende transformar o país num *hub* marítimo e logístico em pleno oceano Atlântico, promovendo a economia azul, mas sempre contemplando a sustentabilidade oceânica e das zonas costeiras.

Turismo

Importante motor da economia cabo-verdiana, o setor do turismo (aproximadamente 25% do PIB) concentra-se nas ilhas de Sal e Boa Vista, sendo expressiva a presença de operadores internacionais no mercado.

Em 2025, o número de turistas foi superior a 1,2 milhões. Segundo o INE, em 2025, o principal mercado emissor de turistas foi o Reino Unido, com 29,3% do total das entradas nos estabelecimentos hoteleiros, seguido de Portugal (12,1%), Alemanha (10,5%), França (10,1%), Bélgica e Países Baixos (7,5%).

Paralelamente, tem sido feito um esforço de consolidação da oferta turística já existente, a diversificação dos destinos turísticos (descentralizando o turismo da ilha do Sal e Boavista para outras ilhas) e dos produtos oferecidos.

Infraestruturas

No âmbito das infraestruturas é de referir que Cabo Verde possui 4 aeroportos internacionais e 3 domésticos, e 9 portos.

Setor Digital

Cabo Verde pretende tornar-se numa "Nação digital" e num *hub* tecnológico para a região, funcionando como porta de entrada na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), oferecendo soluções tecnológicas e digitais.

Cabo Verde pretende posicionar-se como um centro regional e internacional de serviços TIC, destacando-se a ligação ao cabo *EllaLink* e a construção do Parque Tecnológico da Praia.

No âmbito das infraestruturas é de referir que Cabo Verde possui 4 aeroportos internacionais e 3 domésticos, e 9 portos.

Fonte(s):

AICEP - Ponto de Rede

International Trade Administration – Digital Economy

International Trade Administration – Maritime Economy

International Trade Administration – Market Overview

International Trade Administration – Renewable Energy

International Trade Administration – Tourism

The Economist Intelligence Unit (EIU)

World Bank

(05/2026)

8. Setores/Produtos de Oportunidade

Cabo Verde, enquanto pequeno Estado insular de rendimento médio, apresenta um bom ambiente de negócios e condições favoráveis à atração de investimento estrangeiro. As áreas que apresentam maiores oportunidades de negócio são as seguintes:

Agroindústria

Cabo Verde manifestou a necessidade de se tornar menos dependente das importações de produtos alimentares (80% dos bens alimentares que consome são importados), em particular, através da produção de produtos frescos, de modo a permitir abastecer a população e as cadeias de abastecimento do canal HORECA, gerando oportunidades de desenvolvimento de projetos agrícolas no mercado, nomeadamente através de sistemas de rega, estufas e agricultura sustentável.

Construção Civil/Engenharia/Arquitetura/Materiais de Construção

O desenvolvimento económico de Cabo Verde e o rápido crescimento do turismo têm atraído projetos de construção imobiliária e construção hoteleira. Paralelamente, estão em andamento um conjunto significativo de investimentos em infraestruturas, com financiamento nacional e internacional, como aeroportos, portos, estradas, e infraestruturas energéticas.

Economia Azul

No âmbito da economia azul, as oportunidades residem, essencialmente, no setor portuário, com vários investimentos anunciados ao nível das infraestruturas portuárias, gestão portuária, modernização de equipamentos, e eficiência energética dos portos, bem como na requalificação das orlas marítimas.

Existem, ainda, oportunidades ao nível da construção e reparação naval, *bunkering* e *handling* portuário, gestão de estaleiros navais.

A indústria da pesca, aquacultura e transformação de pescado encontra-se em crescimento e contribui para a maior parte das exportações do país.

São, ainda, exemplos de oportunidades, atividades como o turismo de investigação (aproveitando a biodiversidade marinha do país), o turismo náutico (de que foi exemplo a *Ocean Race 2023*), o turismo de cruzeiros (com a construção de um novo terminal no Mindelo), e o desenvolvimento do transporte marítimo interilhas.

Energias Renováveis e Ambiente

O país oferece boas condições para a implementação de projetos nesta área: tem dos maiores regimes de vento no mundo (18m/s) e um grande potencial solar, com rácio de energia/dia de 6-8 Wh/m^2/dia. As taxas de penetração das energias renováveis (cerca de 20%) são das mais altas da África Subsariana.

Está em curso uma reforma do setor elétrico: a desagregação e privatização/concessão da empresa nacional de *utilities*, a modernização e expansão da rede, mobilização de capitais privados e participação de mais produtores independentes.

Paralelamente, estão em desenvolvimento vários projetos para o aumento de produção de energias renováveis, dos quais se destaca o Pump Storage (Global Gateway/UE) e o FCA – Fundo Climático Ambiental, relacionado com a conversão de 42,5 MEUR até 2030 de dívida com Portugal. Surgem ainda oportunidades ao nível da microgeração e autoprodução e da mobilidade elétrica.

Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

Tem-se procurado posicionar o país enquanto "Nação Digital", servindo de *hub* para a sub-região e apostando fortemente em infraestruturas e na conectividade digital – de que se destacam a ligação ao cabo submarino de fibra ótica *EllaLink* e a construção do *TechPark* com 3 *data centers* no país.

O Parque Tecnológico Arquipélago Digital de Cabo Verde (TechPark) foi inaugurado em maio de 2025. O *TechPark* posiciona-se como o principal *hub* do ecossistema de inovação de Cabo Verde e de toda a região da África Ocidental.

O país surge como plataforma de serviços, permitindo a empresas internacionais a expansão das suas operações na área digital, beneficiando de talento competitivo e de um mercado de testagem de novas soluções (*beta testing*) passíveis de ganhar escala noutros mercados.

Turismo

O turismo é o setor com maior peso na economia do país, com oportunidades transversais a toda a cadeia de valor.

O número de visitantes apresenta uma tendência muito positiva, impulsionado pela expansão dos aeroportos e aumento das ligações aéreas domésticas e internacionais, assim como o turismo de cruzeiros.

O setor hoteleiro, dominado pelos grandes grupos internacionais (na sua maioria de capital espanhol e italiano), tem vindo a acompanhar o crescimento, e surgem oportunidades no setor imobiliário turístico, boutique hotéis, *ecolodges* e alojamento de menor dimensão. Também o turismo de cruzeiros e o iatismo estão a crescer.

O Governo de Cabo Verde através do Programa Operacional do Turismo (POT) para o período 2022-2026, tem como objetivo a consolidação da oferta já existente e a diversificação dos destinos turísticos (descentralizando o turismo para outras ilhas) e dos produtos oferecidos (criando produtos e soluções de turismo cultural, de natureza, turismo de conferências, entre outros). As Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado (ZDTI) loteadas e infraestruturadas em todas as ilhas do arquipélago, estão sujeitas a regulação ambiental específica e as empresas aqui instaladas usufruem de benefícios fiscais e licenciamento simplificado.

Saúde

A melhoria dos serviços de saúde e o aumento da esperança média de vida, aliadas ao crescente papel do setor privado, tenderão a aumentar as necessidades de medicamentos, consumíveis, instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos. A aposta a longo prazo no desenvolvimento do turismo de saúde e caso seja realizada a construção do novo hospital da Praia terão um contributo importante para o desenvolvimento das oportunidades de negócio deste setor.

Multilaterais Financeiras

Cabo Verde oferece oportunidades para a internacionalização das empresas portuguesas permitindo-lhes trabalhar com as instituições multilaterais, aumentar o portefólio de projetos e identificar parceiros internacionais, atuando como porta de entrada para outros mercados africanos.

O Grupo Banco Mundial, incluindo a International Finance Corporation (IFC), está presente no país com o maior envelope financeiro de todos os parceiros internacionais e um portefólio de projetos em múltiplos setores, tais como a energia, o digital, o turismo, a saúde e a economia azul.

A União Europeia e o Banco Europeu de Investimento, através do *Global Gateway*, têm previsto um montante de cerca de 344 milhões de euros de investimentos em infraestruturas críticas no domínio das energias, economia azul e digital.

O Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), que financiou projetos como a modernização da empresa público-privada Caboélica, a construção do TechPark e está a apoiar o "Projeto Morabeza", que visa reforçar o ecossistema de inovação no país, pretende aumentar a sua taxa de execução de projetos em Cabo Verde, reavaliando e recentrando a carteira de investimentos, com destaque para a iniciativa "Compacto Lusófono".

Surgem, igualmente, oportunidades no domínio da cooperação bilateral, com maior destaque para a Cooperação Portuguesa (Camões I.P.) e para a Cooperação Luxemburguesa (LuxDev), com uma forte presença em Cabo Verde.

Privatizações

Existe um programa de privatizações em agenda, visando setores-chave da economia do país. No entanto, com a entrada em funções do novo Governo poderão existir alterações neste âmbito.

Fonte(s):

AICEP - Ponto de Rede

International Trade Administration – Maritime Economy

International Trade Administration – Tourism

(05/2026)

Para obter informação setorial adicional aceda a:

Ficha de Produto/Mercado – Economia do Mar – Cabo Verde

Ficha de Entrada no Mercado – Ecossistema de Inovação e Empreendedorismo – Cabo Verde

9. Quadro Legal e Regulamentar

9.1. Acordos Internacionais

Acordos União Europeia | Cabo Verde

O quadro legal do relacionamento entre Cabo Verde e a UE rege-se atualmente pelo novo Acordo de Parceria ACP-UE entre a União Europeia e a Organização de Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OEACP), apelidado de Acordo pós-Cotonu ou Acordo de Samoa, de natureza não preferencial, cuja aplicação provisória teve início a 1 de janeiro de 2024.

Em 2014, foram concluídas as negociações do Acordo de Parceria Económica entre a UE e os Estados da Africa Ocidental, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), que aguarda conclusão de assinaturas/ratificação, e que prevê isenções/reduções das taxas dos direitos aduaneiros na importação de alguns produtos comunitários para Cabo Verde durante um período transitório de vinte anos - *Tariff liberalisation*. Até à sua aplicação não existe qualquer acesso privilegiado na entrada dos produtos provenientes da UE no território de Cabo Verde.

Os *sites* da Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Delegação da UE em Cabo Verde disponibilizam esta e outra informação relevante sobre o relacionamento de Cabo Verde com a UE.

Acordos de Comércio Cabo Verde | Outros países

Ao nível comercial, Cabo Verde é membro da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), sendo que nessa qualidade também beneficia do acordo *Trade & Investment Framework Agreement* celebrado entre os EUA e a CEDEAO, e da Área de Livre Comércio Continental Africana (AFCFTA).

Cabo Verde possui, igualmente, acordos bilaterais de investimento com Angola, China, Cuba, Alemanha, Itália, Maurícias, Países Baixos, Portugal e Suíça, assim como diversas Convenções de Dupla Tributação (DNRE).

Acordos Natureza Económica Portugal | Cabo Verde

- Tratado de Amizade e Cooperação (TAC), em vigor desde 29.04.2012
- Convenção de Segurança Social (CSS), em vigor desde 01.04.2005, assim como o respetivo Acordo Administrativo de Aplicação (AAA), em vigor desde 20.09.2018, mas que produz efeitos desde a data de entrada em vigor da Convenção, e respetivo Acordo de Revisão (AR), em vigor desde 21.11.2018
- Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e respetivo Protocolo (CEDT), em vigor desde 15.12.2000 (mais informação no *site* da Autoridade Tributária e Aduaneira em CEDT e *FAQ's* – IRC/IRS)
- Acordo de Cooperação Cambial e Protocolo para o Estabelecimento da Comissão do Acordo de Cooperação Cambial (ACC-PECACC), aguarda a publicação do aviso de entrada em vigor
- Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria e Energia (ACDIE), em vigor desde 24.04.1992
- Acordo sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos (APPRI), em vigor desde 04.10.1991

(10/2026)

9.2. Regime Geral de Importação

Enquadramento

No sentido de adequar o seu ordenamento jurídico aos acordos e normas da OMC, à qual aderiu em 2008, Cabo Verde aprovou legislação simplificadora dos procedimentos e circuitos de registo e licenciamento das operações do comércio externo. Uma das grandes alterações introduzidas foi a Declaração Única Aduaneira (DUA) nas operações de comércio externo, que permitiu que os pedidos passassem a ser apresentados e autorizados diretamente nas alfândegas.

O sistema de importação de mercadorias em Cabo Verde compreende as seguintes modalidades: a) Importações dispensadas de licenciamento; b) Importações sujeitas a licenciamento automático; c) Importações sujeitas a licenciamento não automático.

Procedimentos e Formalidades

Quanto à regulamentação/normalização de produtos, é responsável em Cabo Verde o Instituto de Gestão da Qualidade e Propriedade Intelectual (IGQPI).

A matéria das condições gerais a ser satisfeitas pelos produtos pré-embalados, nomeadamente etiquetagem e rotulagem, está regulada pelo Decreto-Lei nº 24/2009, de 20/7 (com alterações) e pelo Decreto-Lei nº 31/2021, de 7/4, entretanto alterado pelo Decreto-Lei n.º 3/2022, de 8/2, que veio acrescentar a obrigatoriedade de menção das seguintes informações (de forma indelével, de fácil leitura e visível na embalagem): quantidade nominal e símbolo da unidade de medida utilizada ou o seu nome; marca ou inscrição que permita ao serviço competente identificar o acondicionador, o mandante ou o importador e a marca de conformidade «*e*».

Já estavam em vigor exigências da utilização (no mínimo) da língua portuguesa, da indicação do país de origem, nome do produto, ingredientes, peso líquido ou volume, aditivos, condições de conservação, nome e endereço do fabricante, embalador, distribuidor ou importador, lote, datas de produção e validade e teor alcoólico.

No que se refere especificamente aos géneros alimentícios, a importação de produtos de origem animal (exemplo: carnes; lacticínios; ovos) e de vegetais e produtos vegetais (exemplo: plantas; frutas; sementes; e legumes) pode estar condicionada à celebração de um acordo de habilitação (moroso e complexo) entre os serviços veterinários/fitossanitários de ambos países no que se refere ao procedimento e/ou modelo de certificado sanitário/fitossanitário que deve acompanhar a mercadoria.

Neste sentido, antes da celebração de qualquer negócio com um importador não comunitário, o exportador deve:

- Consultar no *site* da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) os procedimentos gerais de exportação para Cabo Verde quanto aos Géneros Alimentícios de Origem Animal
- Caso o seu produto não seja mencionado em nenhuma das fontes de informação anteriores, contactar as Direções de Serviços Regionais da DGAV em Portugal, para apurar da possibilidade de realizar a exportação dos seus produtos para o mercado em questão

Para mais informação sobre os acordos de habilitação concluídos, em negociação ou a negociar contactar os serviços centrais da DGAV, concretamente, a Divisão de Internacionalização e Mercados (produtos de origem animal), da Direção de Serviços de Estratégia, Comunicação e Internacionalização ou a Divisão de Inspeção Fitossanitária e de Materiais de Propagação Vegetativa, da Direção de Serviços de Sanidade Vegetal (vegetais e produtos vegetais).

Direitos Aduaneiros e Outros Tributos

Na importação de mercadorias comunitárias é aplicável a Pauta Aduaneira de Cabo Verde de 2022 (com uma última alteração em 2025) uma vez que apesar de estar em vigor desde 2015, a Pauta Externa Comum dos países da CEDEAO ainda não é aplicada em todos os Estados-Membros, como é o caso de Cabo Verde que adiou a sua aplicação por tempo indeterminado.

Aos direitos aduaneiros acrescem o IVA (a taxa genérica é de 15%, existindo outras de valor superior, por exemplo sobre combustíveis), o IEC (sobre bens considerados supérfluos, como o álcool, tabaco e veículos de transporte de grande dimensão) e as taxas alfandegárias.

Na Pauta Aduaneira de Cabo Verde constam diversas siglas, com os seguintes significados: U.C. (Unidade de medida utilizada na quantificação da mercadoria); DI (Direitos de Importação); ICE (Impostos sobre Consumos Especiais); IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado).

Cabo Verde aplica, ainda, uma taxa ecológica ao material de embalagem, vazio ou cheio, importado ou produzido domesticamente, não biodegradável ou feito de metal, vidro ou plástico. Estão excecionados os materiais usados em medicamentos, alimentos

essenciais e construção ou que sejam reutilizados/reciclados. A taxa varia entre CVE 2 e CVE 100 por item, dependendo da quantidade ou peso da mercadoria, e é devida pelo produtor local ou importador.

Adicionalmente, refira-se que, desde 1998, Portugal e Cabo Verde detêm um acordo de paridade fixa do escudo cabo-verdiano (CVE) face ao Euro (Decreto n.º 24/98, de 15.07).

Cabo Verde não consta da *Access2Markets*, mas os direitos aduaneiros e outras taxas cobrados na importação podem ser consultados em *MyGTS (DHL)*.

Pelo Decreto-Lei n.º 34/2025, de 4 de novembro, foi criada a Autoridade Tributária e Aduaneira de Cabo Verde.

Propriedade Industrial (marcas, patentes, design)

O registo de uma marca, patente ou *design* efetuado em Portugal apenas produz efeitos em território nacional.

É possível alargar a proteção legal a outros países através de registo internacional (procedimentos: marcas; patentes; *design*) ou efetuar o registo diretamente no mercado pretendido, junto do organismo responsável pela proteção da propriedade industrial, que no caso de Cabo Verde é o Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual (IGQPI). Neste último caso consultar Ficha de Apoio à Exportação, do INPI.

Desde 2 de junho de 2026 vigora em Cabo Verde o novo Código da Propriedade Industrial de Cabo Verde.

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) disponibiliza uma ferramenta gratuita de autoavaliação de propriedade intelectual (PI = direitos de autor + propriedade industrial), que auxilia as empresas a identificar e realizar uma avaliação de seus ativos de PI: Diagnóstico de PI.

Entraves | Obstáculos

Dos possíveis obstáculos na exportação para Cabo Verde, destacam-se alguns horizontais aos vários setores, como a pouca informação disponível relativamente aos procedimentos aduaneiros em vigor e requisitos exigidos quanto aos produtos a exportar, pouca agilização dos processos de despacho aduaneiro e a inadequação de base do país em termos de infraestruturas, transportes e capacitação dos operadores económicos, fruto, nomeadamente, das suas características geográficas.

(10/2026)

9.3. Regime de Investimento Estrangeiro

Quadro Legal

Em 2012, com o objetivo de permitir a aceleração e facilitação de investimentos, bem como o estabelecimento dos direitos, garantias (ao nível da segurança e proteção jurídica da sua propriedade privada) e incentivos a conceder aos projetos suscetíveis de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país, Cabo Verde aprovou a sua Lei de Investimento (também apelidada de Código).

À luz das novas regras, os investidores, nacionais e estrangeiros, beneficiam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres e obrigações, sendo que, em virtude da sua dimensão e interesse excecional no quadro da estratégia de desenvolvimento nacional, certos investimentos poderão ser objeto de contrato celebrado entre o Estado e o Investidor, com vista à adoção de garantias e condições especiais.

Os investidores estrangeiros podem investir em Cabo Verde em qualquer setor de atividade, existindo, no entanto, restrições em certas atividades, para as quais é exigida a existência de sócio cabo-verdiano (pescas, por exemplo) ou concedida licença após concurso (como no transporte marítimo).

O repatriamento de lucros é livre, sem prejuízo do prévio cumprimento das obrigações devidas, nomeadamente ao nível tributário.

A criação de empresas pode ter lugar através da via mais expedita da "*Empresa no Dia*" ou da forma clássica do recurso à Conservatória do Registo Comercial.

Organismo de Apoio e Guias de Investimento

Em termos institucionais, a *Cabo Verde TradeInvest* é a agência pública mandatada pelo Governo para a Promoção do Comércio e Investimentos e para efetivar, desenvolver e promover, de forma contínua, as melhores estratégias de desenvolvimento de Cabo Verde e criação de valor para os seus parceiros e clientes.

A *TradeInvest* disponibiliza, por um lado, um Balcão Único de Investimento/*One Stop Shop* para acompanhamento do investidor, no qual se concentram todos os serviços necessários à aprovação de projetos, e, por outro, um serviço *After Care*, que visa apoiar os investidores após a obtenção do Certificado de Registo de Investimento e implementação do projeto de investimento.

Outros Guias de Investimento e informação relevante para o investidor externo disponível na *Internet,* que se destacam pela respetiva data de elaboração/atualização:

- Guia de Investimento (Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau), 2021)
- *Cabo Verde overview (2026, PwC)*
- Guia Completo: Como abrir uma empresa em Cabo Verde em 2026 (S&D Consultoria)
- END - Criação da Empresa no Dia (Portondinosilhas)
- Guia Prático – Destacamento de Trabalhadores de Portugal para Outros Países (2026, Segurança Social)

Não obstante a informação recolhida pelo investidor estrangeiro, é sempre aconselhável que recorra a ajuda jurídica especializada para a concretização e formalização do seu negócio no mercado, pelo que é essencial que sejam contratados escritórios de advogados, de forma a salvaguardar a sua posição e os seus direitos.

Relações Bilaterais de Investimento

Finalmente, de forma a promover e a reforçar as relações bilaterais de investimento, entre Portugal e Cabo Verde estão em vigor uma Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento (CEDT), um Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos e Respetivo Protocolo (APPRI) e uma Convenção sobre Segurança Social (CSS), assim como os respetivos Acordos Administrativo de Aplicação (AAA) e Revisão).

Relativamente à CEDT consultar o *site* da Autoridade Tributária e Aduaneira em CEDT e *FAQ's* – IRC e IRS.

Entraves | Obstáculos

Os investimentos em Cabo Verde estão sujeitos a restrições em certas atividades, para as quais é exigida a existência de sócio cabo-verdiano (por exemplo, pescas com participação local de 51% ou transporte marítimo 25%) ou acesso às mesmas através de concessão de licença após concurso (como no setor energético).

(10/2026)

10. Recomendações

Não existe protocolo específico em relação a cartões de visita, embora seja aconselhável manuseá-los com respeito.

O tipo de indumentária é determinado pela formalidade da reunião de negócios. Para uma reunião formal, é aconselhável uma indumentária um pouco mais conservadora e profissional.

O contacto pessoal é valorizado. A presença física continua a ser importante, recomendando-se visitas ao mercado e a presença em feiras e eventos empresariais. No entanto, o digital é cada vez mais uma ferramenta inevitável.

Importa ter um parceiro empresarial em Cabo Verde (designadamente no domínio do *marketing*), dominar as línguas portuguesa, crioula e inglesa, bem como dispor de apoio jurídico no país, tendo em vista o conhecimento da legislação local.

Fonte(s):

AICEP - Ponto de Rede

International Trade Administration – Market Entry Strategy

(05/2026)